

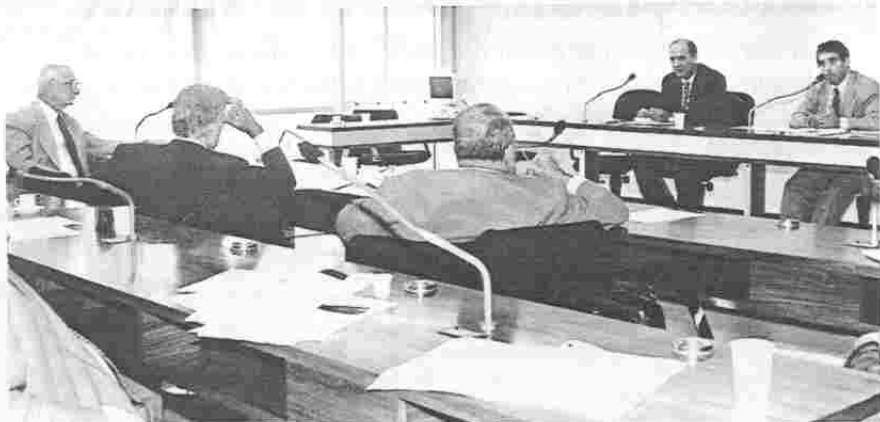
Governo e oposição discutem saída para as MPs

O senador José Fogaça (PMDB-RS), autor de substitutivo a propostas de emenda constitucional que fixam novas regras para a edição de medidas provisórias, disse ontem "que já é possível o diálogo entre o governo e a bancada oposicionista objetivando uma solução de consenso sobre as proposições que regulamentam a matéria no Congresso". Ele ressaltou, no entanto, que o governo insiste em manter o instrumento da reedição, o que contraria a posição do Bloco Oposição.

A afirmação de Fogaça foi feita durante a reunião dos líderes do governo e do Bloco Oposição no Senado e na Câmara, realizada ontem pela manhã. Na reunião, o senador adiantou que algumas mudanças na edição das MPs deverão ocorrer a partir dos encontros que o grupo já realizou, inclusive com Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, na quarta-feira, quando o presidente reiterou sua posição favorável à manutenção da reedição.

Ele disse também que o governo continua contra a criação de uma comissão mista permanente destinada a examinar todas as medidas provisórias em conjunto, conforme sua proposta, e não em comissões individuais para cada MP, como acontece hoje. Essa comissão teria mandato de um ano e, segundo José Fogaça, é refutada pelo governo porque poderia concentrar demasiado poder de barganha.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, disse que falta apenas uma definição por parte da bancada governista para que a proposta de José Fogaça seja votada entre os dias 10 e 12 de abril próximos.



Líderes do governo e do Bloco Oposição debatem mudanças no mecanismo das medidas provisórias

Senadores cobram fim do racismo e da desigualdade

Benedita, Abdias, Suplicy, Emília e Ademir defendem a adoção de políticas públicas para valorizar a população negra

TV e Rádio Senado tiram dúvidas hoje sobre CPI

Mais de 400 perguntas sobre a CPI dos Precatórios já foram enviadas à TV Senado e à Rádio Senado, que realizam hoje, às 21 horas, programa dedicado a esclarecer as dúvidas da população sobre o assunto. As explicações serão dadas ao vivo pelo presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), e pelo relator, Roberto Requião (PMDB-PR). Outros integrantes da comissão também deverão participar do programa.

Quem tiver dúvidas poderá encaminhá-las antes pelo telefone 0800-612211 ou pelo fax (061) 311-1067, ou fazê-las durante o programa.

A TV e a Rádio Senado manterão abertos seus sinais para que qualquer emissora de televisão ou de rádio do

país possa transmitir o programa sem pedido prévio de autorização. A TV e Rádio Nacional, a TV Cultura e alguns canais a cabo já confirmaram a exibição do programa.

As questões mais frequentes recebidas até agora são a respeito do que significam os precatórios e sobre a punição dos culpados pelas fraudes. O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, e a diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, farão as perguntas.

**Comissão
aprofunda exame
de documentos**

Página 4

A adoção de políticas públicas destinadas a valorizar a população negra foi defendida ontem em plenário pelos senadores Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes e Ademir Andrade. Na sessão dedicada ao Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Abdias denunciou que a democracia racial no Brasil não passa de um mito. Benedita lembrou que os índios também são vítimas de discriminação. Emília conclamou o Congresso Nacional ao engajamento na luta pela igualdade de cor, sexo ou raça. Já Ademir elogiou o trabalho de mapeamento das comunidades remanescentes de quilombos, enquanto Suplicy cobrou instrumentos de política econômica para melhorar as condições de vida dos 44% de brasileiros pobres, em sua maioria negros ou afro-brasileiros. **Página 3**

Edison Lobão elogia medidas anunciadas para a saúde

Senador disse que as metas para os próximos dois anos, divulgadas pelo governo, representam uma revolução no sistema



Sebastião Rocha

Rocha critica MP sobre as escolas técnicas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que ficou surpreso com a 28ª reedição da Medida Provisória 1.549, que mudou todo o sistema de criação de escolas técnicas no país.

Sempre coube ao governo federal a iniciativa e a manutenção de tais escolas, mas, com a reedição feita nesta semana, a União só repassará dinheiro para a construção e a compra de equipamentos das novas escolas.

Os estados e municípios passarão a ser parceiros da União nessas escolas, segundo o senador. Os governos estaduais e as prefeituras deverão arcar com os gastos com professores e manutenção administrativa.

Sebastião Rocha informou que, a partir de agora, não haverá mais necessidade de uma lei federal para criar tais escolas. O Amapá é um dos poucos estados que não contam com escolas técnicas, apesar de já ter sido assinado convênio entre o Ministério da Educação e o governo do estado, disse o senador.

O senador lamentou que o governo brasileiro não tenha sido representado, quarta-feira, na solenidade - em Bruxelas - na qual o Movimento dos Sem-Terra recebeu o Prêmio Rei Balduino, concedido por "seu papel essencial para pôr em prática a reforma agrária no Brasil".

Agenda do Dia

PLENÁRIO
9h - Sessão não deliberativa do Senado



Edison Lobão

As ações e metas para a área de saúde, nos anos de 1997 e 1998 - divulgadas nesta semana pelo ministro Carlos César Albuquerque -, foram consideradas ontem, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), como uma verdadeira revolução.

Ele disse que, nesses dois anos, deverão ser investidos R\$ 14,5 bilhões em ações que

façam deslocar o eixo do atendimento à saúde, atualmente concentrado nos hospitais, para a prevenção de doenças, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a realização de um mutirão social pela saúde.

O senador destacou que a proposta do ministro muda radicalmente a gestão dos recursos para a saúde, promovendo

uma parceria com os estados, municípios, iniciativa privada e entidades representativas da sociedade.

Conforme Edison Lobão, cerca de 3.300 municípios receberão recursos diretamente do Ministério da Saúde, para prestar assistência médica e odontológica; realizar exames laboratoriais e radiológicos; aplicar vacinas e promover ações básicas de vigilância sanitária.

Marina considera insatisfatórias as ações do governo, desde a Eco-92

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ontem ao plenário que a Conferência Rio+5 concluiu que, desde a Eco-92, as ações do governo brasileiro em favor do desenvolvimento sustentável da Amazônia foram "pulverizadas e insatisfatórias".

Marina Silva reconheceu que houve no país um avanço nas discussões em torno do assunto, mas acentuou que isso não é suficiente.

Mas, segundo a senadora,

"é preciso dar um passo maior" para a viabilidade, do ponto de vista prático, de ações de governo essenciais à efetiva implantação do desenvolvimento sustentável no país.

Marina Silva ponderou que desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas à preservação do meio ambiente, mas também à melhoria da



Marina Silva

qualidade de vida da população.

A implantação efetiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado, recomendada pela Eco-92, foi cobrada pela senadora. Para ela, a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentado não satisfaz as expectativas da população, por não prever a participação paritária da sociedade civil.

Campos condena governo de Mato Grosso por não entregar máquinas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) protestou ontem, em plenário, contra o governo do estado de Mato Grosso, que recebeu dinheiro do Ministério da Previdência Social e comprou 140



Júlio Campos

tratores, a serem usados por pequenos agricultores, mas está segurando a distribuição das

máquinas "para fazer um carnaval em cada entrega".

Notícia sobre o assunto, publicada ontem pelo *Diário de Cuiabá*, foi lida por Júlio Campos. Conforme a notícia, o detratado estadual Quincas dos Santos, inconformado com a demora na liberação das má-

quinas, enviou requerimento à Fundação da Promoção Social cobrando a entrega dos tratores, todos acompanhados de equipamentos para aração e plantio.

De acordo com o jornal, o deputado acusa o governador Dante de Oliveira de pretender tirar proveito político, fazendo "carnaval" nas cerimônias de entrega das máquinas.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

DIA CONTRA O RACISMO

Senadores querem reverter desigualdade

Na sessão dedicada a comemorar o Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, os senadores Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes e Ademir Andrade defenderam

ontem a adoção de políticas públicas destinadas a valorizar a população negra. No dia 21 de março de 1960, na África do Sul, 69 pessoas foram assassinadas e 150 ficaram feridas após um protesto pacífico contra a segregação racial.

Abdias denuncia "mito da democracia racial"

A necessidade de se fazer cumprir os princípios constitucionais de justiça e cidadania foi destacada pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) como forma de solução a questão racial brasileira. "fonte maior das desigualdades existentes no país".

Abdias afirmou que "o mito da democracia racial no Brasil é o mais sofisticado mecanismo de dominação que o



Abdias

mundo já conheceu, mais terrível que a segregação oficial do apartheid na África do Sul". Para ele, a difusão da idéia de que negros e brancos convivem em quase total harmonia no país é

"uma tentativa de desarticular um grupo humano pela negação de sua identidade coletiva, que fica confinada às ruidosas categorias do ritmo, do esporte, do vestuário e da culinária".

Benedita lembra que índios também são discriminados

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a liberdade jurídica não assegurou ao negro a liberdade de fato, "não lhe deu oportunidades de participar de forma igualitária na

sociedade". A seu ver, "não há cidadania total e democracia se temos os excluídos, como são hoje os afro-brasileiros".

Na opinião de Benedita,



Benedita

também os índios são discriminados no Brasil e a cultura indígena foi "esquecida e ridicularizada".

Benedita da Silva agradeceu ao Senado pela aprovação do projeto de sua autoria que

transforma Zumbi dos Palmares em herói nacional. Ela informou que a solenidade de inscrição de Zumbi no Livro dos Heróis da Pátria será realizada hoje no Panteão da Pátria.

Ademir elogia trabalho da Fundação Palmares

A criação do grupo de trabalho interministerial voltado para a elaboração de políticas públicas de valorização da população negra foi elogiada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Ele destacou o trabalho desenvolvido pela Fundação Palmares, especialmente no que se refere ao mapeamento das comunidades remanescentes de quilombos, de modo a garan-



Ademir Andrade

tir a propriedade das terras que ocupam.

Ademir destacou que a comemoração, hoje, do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial refere-se a episódio ocorrido no dia 21 de março de 1960, na África do Sul, quando 69 pessoas foram assassinadas e 150 ficaram feridas após um protesto pacífico contra a discriminação racial.

Emília conclama Congresso a apoiar luta pela igualdade

Na presidência dos trabalhos da sessão dedicada ao Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) conclamou ontem o Congresso Nacional ao engajamento na luta pela igualdade de cor, sexo ou raça. Segundo ela, a igualdade social é, atualmente, parâmetro que permite definir se uma sociedade é ou não demo-



Emília

crática e desenvolvida.

A senadora agradeceu a presença, na sessão especial, do conselheiro Quintino Faria, da Embaixada de Angola, e de Ângela da Silva, representante da Fundação Cultural

Palmares.

Emília Fernandes frisou que o Brasil tem uma dívida de origem com negros e índios, cuja participação na construção da nacionalidade foi significativa.

Suplicy defende adoção de instrumentos de política econômica

"A adoção de instrumentos de política econômica destinados a reverter as desigualdades sociais permitiria melhorar as condições de vida dos 44% de brasileiros pobres, cuja proporção maior é de negros ou afro-brasileiros", afirmou o senador Eduardo Su-

plicy (PT-SP).

Para ele, comparativamente à África do Sul de Nelson Mandela, "que promoveu reformas na estrutura fundiária e na garantia dos direitos humanos básicos, tal determinação e vontade



Suplicy

política não é encontrada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso".

Na opinião de Suplicy, a reforma agrária seria um dos principais instrumentos de rever-

leira. Outras medidas seriam, a seu ver, o crédito popular, para que trabalhadores autônomos pudessem adquirir seus meios de trabalho e gerar renda própria, e a adoção de formas cooperativas de produção na agricultura, serviços e indústrias.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Solano vai ter de explicar conta em Cayman

Dono da corretora Boa Safra será reinquirido. Comissão decide que só irá reunir-se novamente em 2 de abril. Relatores querem tempo para examinar documentos obtidos até agora

A CPI dos Precatórios decidiu reinquirir Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boa Safra, porque o depoente não forneceu as informações requeridas pela comissão sobre sua conta bancária nas Ilhas Cayman. A decisão de ouvir novamente Solano foi tomada pelos integrantes da comissão em reunião de trabalho realizada a portas fechadas na manhã de ontem.

A comissão resolveu também que só irá reunir-se novamente no dia 2 de abril, atendendo a pedido do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), e dos relatores-adjuntos, que querem tempo para examinar todos os documentos obtidos até agora.

Na mesma reunião, ficou definido que Esperidião Amin (PPB-SC), Emília Fernandes (PTB-RS) e José Agripino (PFL-RN) serão encarregados de avaliar a transferência de sigilo telefônico já determinada pela CPI, e que Romeu



Roberto Requião

Tuma (PFL-SP) permanecerá com a missão de trabalhar junto à Polícia Federal nas diligências relativas aos estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco e à prefeitura de São Paulo.

As informações sobre a reunião foram dadas por um dos relatores-adjuntos, Vilson Kleinübing (PFL-SC). Questionado sobre se os senadores que relataram pedidos de emissão de títulos serão ouvidos na próxima etapa de trabalho da CPI, Kleinübing disse que o Senado e o Banco Central serão ouvidos de acordo com o cronograma estabelecido pelo senador Requião.

- Os senadores vão dar a sua contribuição, eles também vão falar à CPI sobre como deve ser daqui para frente a questão de relatórios dessas emissões de títulos, como é que deve ser a votação e como é que a Comissão de Assuntos Econômicos deve se comportar. Isso está previsto no plano de trabalho, e eles vão participar, vão ser ouvidos e vão dar a sua contribuição - acrescentou.

Sobre se o mercado financeiro serviu para lavagem de dinheiro do narcotráfico e de outras ações ilícitas, Kleinübing afirmou que é preciso ter cuidado com as generalizações.

- Uma parte das entidades que estão nesse mercado financeiro é que está sob suspeita. Nós temos mais de 500 empresas no sistema financeiro. Nós estamos tratando de vinte empresas. Nessas vinte empresas, nós temos indícios fortes de que há lavagem de dinheiro - esclareceu.

Já Romeu Tuma defendeu a

concessão de um tempo aos relatores, para que possam separar os documentos e examinar os beneficiários dos cheques emitidos. Disse que está levando uma relação dos cheques que teriam sido pagos em São Paulo, e afirmou que, para que os trabalhos de investigação obtenham mais velocidade, a CPI está pedindo ajuda à Polícia Federal.

- A própria polícia poderia ouvir pessoas, com a presença ou não de um membro da CPI, e dar velocidade, porque a cada depoimento você vai cruzando os dados e buscando alguns resultados - assinalou.

Tuma acha que Requião não poderá fazer o relatório final sem uma análise cautelosa dos precatórios. "Esses processos têm que ser examinados na sua elaboração, principalmente, e uma das decisões da CPI é comparecer aos tribunais de Justiça e do Trabalho para saber realmente quais eram os valores desses precatórios."

Cabral: carta revela que Pitta não desconhecia o Vektor

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), considerou apenas um dado novo a carta descoberta nas investigações que revela que, em 1995, Celso Pitta determinou que o Banco do Brasil vendesse R\$ 70 milhões de títulos do município de São Paulo ao banco Vektor. Na época, Pitta era secretário de Finanças da prefeitura, e a planilha dessa venda foi assinada por Maria Helena Cella, que trabalhava junto com Wagner Baptista Ramos, suspeito de ter engendrado o processo que permitia a emissão irregular de títulos para paga-

mento de precatórios.

Cabral, que está de posse da carta, disse que isso apenas demonstra que o prefeito não desconhecia o banco Vektor, como andou declarando. "Mas não há indícios de ilegalidade", disse o presidente da CPI. Outros integrantes da comissão concordaram com esse entendimento. "O documento é só um conjunto de dados, não revela que prejuízos a prefeitura teve. Não me parece ainda claramente a prova de algum ato ilegal", disse Vilson Kleinübing (PFL-SC). Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que a operação "aparentemente faz parte da rotina da colocação de títulos".



Bernardo Cabral

Essa carta foi o mais novo documento descoberto nas investigações da CPI, que já tem mais de 15 mil dados reunidos para avaliação. Cabral disse que, a partir de hoje, os integrantes da comissão passam a reunir-se no apartamento do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), para estudar esses dados, até o dia 2 de abril.

Nessa data, o relator deverá apresentar um relatório parcial, e os outros senadores apresentarão um resultado de seus estudos.

Enquanto isso, informou Bernardo Cabral, o Banco Central efetua uma fiscalização no Banco Boa Vista, que fez operações com o banco Vektor, suspeito de participar da cadeia de fraudes com a emissão de títulos, atuando na venda primária dos papéis. Esperidião Amin (PPB-SC) disse que, só em abril, serão ouvidos os 10 senadores que relataram pedidos de autorização para emissão de letras.



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu com atenção o parecer do senador Kleinübing

Comissão autoriza rolagem de dívida do governo catarinense

O parecer favorável, do senador Vilson Kleinübing, frisa que a operação nada tem a ver com a emissão de títulos do estado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), favorável à emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, para a rolagem de 98% da dívida mobiliária vencível no dia 1º de abril. O senador observou que esse tipo de rolagem de dívidas já é comum no Senado e não tem relação alguma com a emissão de títulos para pagamento de precatórios.

Kleinübing, em seu parecer, estabeleceu recomendações com o objetivo de "limitar a possibilidade de corrupção", entre elas, a obrigatoriedade de que o leilão de ofertas dos títulos seja publicado pelo menos três dias antes da sua realização, encaminhando-se à CAE toda a documentação referente aos procedimentos adotados.

Também estabeleceu que, concluída a operação, o Banco Central deve informar à

comissão o registro de todas as operações de compra e venda envolvidas na rolagem de dívidas, até o tomador final.

Por sugestão do senador Esperidião Amin (PPB-SC), o Banco Central terá um prazo de 14 dias, no mínimo, após concluída a operação, para enviar as informações à CAE. Kleinübing disse que apresentará sugestão no sentido de que esses procedimentos sejam adotados em todas as dívidas estaduais.

- Com essas novas decisões, estamos impedindo que a emissão de títulos seja objeto de corrupção. É bom lembrar que é a primeira vez que o leilão tem de ser obrigatório. Estamos num momento de virada e de afirmação do Senado na questão dos títulos públicos - declarou Kleinübing.

DUPLICAÇÃO

A CAE aprovou ainda parecer favorável do senador

Esperidião Amin, autorizando o governo federal a tomar empréstimo de 450 milhões de dólares, do banco japonês Jexim, para a duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu a retirada de pauta do projeto de lei de sua autoria que proíbe o uso de anabolizante com finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Ele explicou que aguarda parecer do Ministério da Agricultura sobre o projeto. Também foi retirado projeto de resolução sobre as operações de crédito interno e externo de estados, Distrito Federal e municípios.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vistas do projeto de lei que altera dispositivos da lei das sociedades por ações e da lei do mercado de valores imobiliários e cria a Comissão de Valores Imobiliários.



Lúdio Coelho

Aprovado acordo do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que aprova o texto do acordo de complementação econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17 de dezembro.

Em seu relatório, Lúdio disse que o acordo de livre comércio Mercosul-Bolívia tem como base jurídica o Tratado de Montevideo e o Tratado de Assunção, ambos aprovados pelo Parlamento brasileiro e voltados para a criação progressiva de um mercado comum latino-americano.

Disse também que, nesse contexto, o Brasil celebrou acordos com todos os países membros da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), entre eles o Acordo de Complementação Econômica nº 18, celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, já no âmbito do Mercosul.

- O acordo em tela compreende um programa de liberalização comercial e um conjunto de disciplinas que regularão os diversos aspectos envolvidos no relacionamento econômico-comercial - disse o senador.

Ex-prisioneira em Israel faz visita ao Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou o permanente empenho da Casa em trabalhar pela paz entre os povos, ao receber ontem a brasileira descendente de palestinos Lâmia Marouf Hassan, recém-libertada de uma prisão israelense, dentro do processo de distensão nas relações entre judeus e árabes.

As senadoras Emília Fernandes (PTB-RS), Júnia Marise (PDT-MG), segundo vice-presidente da Casa, e Marluce Pinto (PMDB-RR), além do primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), acompanharam a visita. A audiência contou também com a presença das deputadas Maria Laura (PT-DF) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e do ex-deputado e advogado Afrton Soares.

Os parlamentares presentes ao encontro sugeriram a Antonio Carlos Magalhães a constituição de uma comissão mista, reunindo deputados e senadores, para cumprir missão de paz em Jerusalém.



O governador da Bahia, Paulo Souto, em visita ao presidente do Senado



Ezequiel Nasser, do Excel Econômico, comunica a ACM parceria com empresa norte-americana

ACM promete "trabalhar duro" e votar logo reformas

Senador recebe presidente da Fiesp, que manifesta interesse por definições rápidas em torno das propostas de mudanças

Ao receber ontem em audiência o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, o presidente

do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reiterou o compromisso de que os senadores trabalharão duro para votar rapidamente "matérias de grande importância para o país". Ferreira veio fazer uma visita de cortesia e cumprimentar o parlamentar por sua eleição para a presidência do Senado.

O maior interesse do empre-



ACM recebe o presidente da Fiesp

sariado, destacou Ferreira, é pela definição rápida e clara em torno das propostas das reformas constitucionais, incluindo as mudanças fiscais e tributárias.

O presidente do Senado recebeu ainda ontem o governador da Bahia, Paulo Souto, e o embaixador do Brasil em Portugal, Jorge Bornhausen.

Petroleiros em busca de anistia

O presidente da Federação Única dos Petroleiros, Antonio Carlos Spis, procurou ontem o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, para pedir que o veto de FHC ao projeto de anistia dos petroleiros demitidos pela Petrobrás por ocasião da última grande

greve da categoria seja colocado em pauta "o mais depressa possível". Antonio Carlos prometeu estudar o pleito e orientou a liderança sindical a continuar dialogando com o Congresso, por meio de parlamentares identificados com as questões trabalhistas.

Excel Econômico inicia parceria com banco americano

Os presidentes do Banco Excel Econômico, Ezequiel Nasser, e da empresa norte-americana Cigna International, Kingsley Schubert, foram recebidos ontem pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, a quem comunicaram o início das operações, no mercado brasileiro, da Excel Cigna Seguradora S.A., contando com capital composto por iguais participações do banco e da Cigna.

Nasser disse que veio comunicar ao presidente do Congresso a associação, que também se estende ao Banco Excel, e "mostrar ao senador a vontade que os empresários estrangeiros têm de investir no Brasil". Em seguida, os dois empresários dirigiram-se ao Palácio do Planalto, para visita, com objetivos semelhantes, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.



Antonio Carlos com o embaixador do Brasil em Portugal, Jorge Bornhausen



A ex-prisioneira em Israel, Lâmia Hassan, no encontro que teve ontem com o presidente do Senado

Projeto Caboclo pode ser solução para Amazônia

Comissão criada para definir política de desenvolvimento para a região debate proposta do ex-senador Darcy Ribeiro de resgatar o conhecimento popular e associá-lo ao científico

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), relator da comissão temporária criada para definir uma política de desenvolvimento econômico e social da Amazônia, propôs ontem que o Projeto Caboclo, elaborado pelo falecido senador Darcy Ribeiro, seja adotado como uma política de governo para a Amazônia. Conforme explicou, trata-se de um projeto alternativo que procura oferecer ao homem da região condições de lá permanecer, dedicando-se à criação de peixes e à plantação de frutas, sem agredir a floresta.

Ademir advertiu para o risco que representa a falta de uma linha de atuação definida pelo governo para a ocupação e o desenvolvimento da região. Ele criticou a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que, a seu ver, continua financiando projetos isolados de grandes empresas, com poucas chances de serem bem-sucedidos.

A comissão, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), reuniu-se para ouvir as exposições do professor Warwick Kerr, biólogo da



Warwick Kerr (E), que colaborou com o Projeto Caboclo, presta seu depoimento à comissão

Universidade de Uberlândia, da antropóloga Lúcia Rangel, da PUC de São Paulo, e da professora Tatiana Memória, presidente da Fundação Darcy Ribeiro.

Kerr esclareceu que a contribuição oferecida por ele ao Projeto Caboclo refere-se à escolha dos produtos a serem plantados pelos participantes do programa. Para isso, conforme disse, valeu-se de sua experiência como cientista que morou na região.

Lúcia Rangel ressaltou que o principal mérito do Projeto

Caboclo está em resgatar o conhecimento popular e associá-lo ao saber científico, para encontrar a maneira mais adequada de ocupar e viabilizar economicamente a Amazônia.

Tatiana Memória, respondendo a pergunta feita pelo relator, esclareceu que recursos para o financiamento do Projeto Caboclo deverão vir, a partir de 1998, da Associação de Proteção ao Meio Ambiente (Apem), organização não-governamental holandesa. Ela convidou os membros

da comissão provisória a tomarem parte da reunião que a Fundação Darcy Ribeiro fará nos dias 7 e 8 de abril, em Manaus, para discutir a implantação do projeto.

A senadora Marina Silva (PT-AC) considera vital para o êxito da iniciativa a participação das prefeituras da região. "Eu mesma já fiz contato com 27 prefeituras que se dispõem a aderir à idéia", disse. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) participou das discussões apoiando a implantação do projeto.

Freitas Neto propõe política de desenvolvimento regional

O senador Freitas Neto (PFL-PI) defendeu ontem uma política efetiva de desenvolvimento regional para acabar com as desigualdades existentes entre as diversas regiões brasileiras. Ele assinalou que o Nordeste ou o Norte, por exemplo, não podem se desenvolver no mesmo ritmo que as áreas mais ricas do país sem uma ação efetiva

do poder central.

Para o senador, o Nordeste, "como as demais regiões carentes", precisa não só de um programa coerente e capaz de conduzir ao desenvolvimento auto-sustentável mas, também, de providências que lhe garantam um fluxo permanente e previsível de recursos.

Por essa razão, Freitas Neto defendeu a aprovação de pro-



Freitas Neto

jetos de autoria dos senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e

Beni Veras (PSDB-CE) que, no seu entender, poderão resultar em benefícios para o Nordeste.

Freitas Neto citou entrevista da economista Lena Lavinhas à revista *Veja*, na qual ela afirma que o Brasil atravessa uma fase em que as desigualdades regionais estão recrudescendo em consequência do abandono dos programas de desenvolvimento regional.

Projeto estende os 28,86% a todos os servidores

Proposta de Gilvam Borges, em tramitação na Comissão de Justiça, amplia o alcance de qualquer decisão definitiva de tribunal quando a demanda envolver salários

Ademir denuncia cerco ao garimpo de Serra Pelada

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que, por ordem do governador do Pará, Almir Gabriel, os colégios estaduais e centros médicos de Serra Pelada foram fechados e a energia elétrica distribuída pela Celpa foi cortada. No entendimento do senador, trata-se de um cerco organizado pela Companhia Vale do Rio Doce e pelo governo federal, com apoio do governo estadual, para inviabilizar a sobrevivência dos garimpeiros.

Para demonstrar que esse é o objetivo dos governos federal e estadual, o senador afirmou que, por interferência do prefeito de Paraopebas, a energia foi religada, mas em duas fases, o que impossibilita o funcionamento das máquinas com que os garimpeiros trabalham os rejeitos do garimpo, acionadas por energia trifásica.

Após a retirada das tropas do Exército, segundo Ademir Andrade, permanecem em Serra Pelada 400 policiais militares, ocupados em impedir que cestas básicas da prefeitura de Curionópolis cheguem aos garimpeiros.



Ernandes Amorim pede providências a Geraldo Brindeiro Amorim recebe procurador e pede solução para garimpeiros

A situação dos garimpeiros de Serra Pelada foi tema de conversa mantida ontem entre o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que o visitou. O senador pediu providências para que seja cumprida a Lei nº 7.805 que, se-

gundo acredita, dá aos garimpeiros o direito de permanecerem na área.

- Essa lei garante o direito de os garimpeiros ocuparem Serra Pelada. Mas a Companhia Vale do Rio Doce quer tomá-la, denominando a área de Serra Leste - disse o senador.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem em plenário projeto de sua autoria, já tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que estende a todos os servidores públicos qualquer decisão definitiva de tribunal quando a demanda envolver salários. Gilvam lembrou que a Constituição já prevê igualdade de salários entre servidores da mesma categoria ou classe funcional.

Se o projeto já tivesse sido aprovado pelo Congresso, conforme o senador, todos os servidores já teriam direito aos 28,86%



Gilvam

que o Supremo Tribunal Federal concedeu a 11 funcionários públicos, há um mês.

Depois de lembrar que na semana passada outros 10 mil funcionários da Previdência Social obtiveram na Justiça o mesmo reajuste, Gilvam Borges afirmou que o governo federal, "mesmo consciente da causa perdida, age de forma irracional e in-consequente", adiando o quanto pode o pagamento determinado pelo STF.

Marluce busca apoio à causa do menor

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da CPI do Trabalho Infantil, cobrou ontem uma maior participação dos parlamentares nos trabalhos da comissão, bem como ampla divulgação de suas atividades pelos órgãos de imprensa.



Marluce

Ela disse que pedirá aos presidentes do Senado e da Câmara e ainda aos líderes partidários, presidentes de comissões e relatores, prioridade para os projetos em tramitação nas duas Casas que tratam da questão do menor.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, GERALDO MELO, CASILDO MALDANER E FREITAS NETO E PELAS SENADORAS JÚNIA MARISE E EMÍLIA FERNANDES

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy
Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.